

## TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRA

**SIM 02459.001.134/2024**

### 1. OBJETO

**1.1** Aquisição de cadeiras de auditório, com rodízios, para uso do auditório Marcelo Kufner.

Item	Descrição	Especificação Técnica	Unid. Medida	Qtde
1.1	POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM RODÍZIOS (DESTRO)	Conforme item 4.3	UN	68
1.2	POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM RODÍZIOS (CANHOTO)	Conforme item 4.3	UN	10
1.3	POLTRONA PARA AUDITÓRIO PARA OBESO COM RODÍZIOS (DESTRO)	Conforme item 4.3	UN	02

**1.2** O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

**1.3** A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras;
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras;
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado);
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

**1.4** Os bens a serem adquiridos são:

- ☒ Itens de patrimônio
- ☐ Itens de consumo

- ☐ Patrimônio e Consumo

**1.5** O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, a contar do empenho da despesa.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação é necessária em função das enchentes que assolaram o estado do RS no mês de maio/2024, as cadeiras do auditório Marcelo Kufner (que estavam na guarda da Unidade de Patrimônio e Almoxarifado) ficaram submersas e acabaram se tornando inservíveis. Diante disso, é necessária a aquisição de poltronas de auditório que tenham rodízios que possibilitem o deslocamento para ter mobilidade aos usuários e participantes e equipar o auditório Marcelo Kufner quando do término da reforma. Conforme layout do procedimento SIM 00677.000.409/2024.

## **3. SOLUÇÃO**

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar.

## **4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

### **4.1** Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.

Justificativa: Estamos adquirindo bens que não são de uso padrão da instituição, visto que as poltronas de auditório comum não têm rodízios.

- ☐ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

### **4.2** Marca(s) ou modelos(s):

- ☒ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.
- ☐ Há indicação de marca/modelo.
- ☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21)

#### **4.3 O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:**

##### **a) Itens 1.1 e 1.2 - POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM RODÍZIOS:**

Estrutura do assento constituída de perfis de aço, devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto. Basculamento do assento executado através de pinos e mancais apropriados.

Deve contar com ganchos tipo “macho” para encaixe aos dispositivos de fixação instalados junto às laterais (braços).

Estrutura do encosto conjugada às pernas traseiras, formando único conjunto, constituída de perfis de aço, devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto.

Laterais (braços) dobráveis para fechamento do conjunto. Estrutura das laterais (braços) constituída de perfis de aço, devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto.

Laterais fixadas à estrutura do encosto através de dobradiças especiais, permitindo seu efetivo dobramento (fechamento das laterais junto ao encosto) e à estrutura do assento através de dobradiças especiais que permitem ao assento se deslocar na hora do fechamento para posição paralelo ao encosto, fechando totalmente, um sobre o outro. Contém dispositivos de encaixe tipo “fêmeo” para a sustentação do assento, quando na posição de uso.

A base da poltrona deve ter 04 rodízios duplos com banda de material polimérico, com rodinhas de 50 mm de diâmetro injetadas em resina de engenharia, deve possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano, para ser utilizado em qualquer tipo de piso, eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm e eixo horizontal também em aço trefilado 1010/1020, fixado por meio de bucha.

Apoios de braços com acabamento superior em madeira natural pintada.

Com prancheta escamoteável antipânico para destro/canhoto, em polipropileno na cor preta fosco. A prancheta deve ser firme, não será admitido nenhum tipo de folga/frouxidão.

Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta

Poltrona com sistema de alinhamento rápido, permitindo padrão de distanciamento entre as poltronas distribuídas em fileiras.

A poltrona deve ser fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

**A poltrona deve ser toda na cor preta.**

##### **DIMENSÕES APROXIMADAS:**

Largura: 62cm

Profundidade: 59cm

Altura do assento: 45cm

Altura da prancheta: 68cm

Altura do encosto: 88cm

##### **Item 1.3 - POLTRONA PARA AUDITÓRIO PARA OBESO COM RODÍZIOS:**

Estrutura do assento constituída de perfis de aço tubular de seção transversal redonda, de diâmetro equivalente a 5/8” com parede de 1,20mm de espessura e perfis maciços de aço

de seção transversal retangular 3/8" x 1/8", devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto. Basculamento do assento executado através de pinos e mancais apropriados.

Deve contar com ganchos tipo "macho" para encaixe aos dispositivos de fixação instalados junto às laterais (braços).

Estrutura do encosto conjugada às pernas traseiras, formando único conjunto, constituída de perfis de aço de seção transversal quadrada 30x30, retangular de dimensões 40x20 e redonda de diâmetro 5/8", todos com espessura de 1,20mm e ainda por perfilado chato com dimensões 1 1/4" x 1/8", devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto.

Laterais (braços) dobráveis para fechamento do conjunto. Estrutura das laterais (braços) constituída de perfis de aço, devidamente soldados pelo processo MIG, com posterior injeção de espuma de poliuretano, de densidade média de 50 kg/m<sup>3</sup>, mediante utilização de molde apropriado a definir perfil ergonômico ao conjunto.

Laterais fixadas à estrutura do encosto através de dobradiças especiais, permitindo seu efetivo dobramento (fechamento das laterais junto ao encosto) e à estrutura do assento através de dobradiças especiais que permitem ao assento se deslocar na hora do fechamento para posição paralelo ao encosto, fechando totalmente, um sobre o outro. Deve conter dispositivos de encaixe tipo "fêmeo" para a sustentação do assento, quando na posição de uso.

A base da poltrona deve ter 04 rodízios duplos com banda de material polimérico, com rodinhas de 50 mm de diâmetro injetadas em resina de engenharia, deve possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano, para ser utilizado em qualquer tipo de piso, eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm e eixo horizontal também em aço trefilado 1010/1020, fixado por meio de bucha.

Apoios de braços com acabamento superior em madeira natural pintada.

Com prancheta escamoteável antipânico para destro, em polipropileno na cor preta. A prancheta deve ser firme, não será admitido nenhum tipo de folga/frouxidão.

Revestimentos em Couro sintético na cor preta.

Poltrona com sistema de alinhamento rápido, permitindo padrão de distanciamento entre as poltronas distribuídas em fileiras.

Cadeira deve suportar até 250 kg.

A poltrona deve ser fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

**A poltrona deve ser toda na cor preta.**

DIMENSÕES APROXIMADAS:

Largura do assento: 75cm

Profundidade do assento: 42cm

Altura dos Braços: 60cm

Profundidade do Braço: 38cm

Altura do assento: 45cm

Altura da do encosto: 88cm

Altura da prancheta: 68cm

**b) Imagem meramente ilustrativa:**

**Representação Gráfica:**



**Obs:**  
A cadeira deve vir acompanhada de prancheta operacional.



Imagem meramente ilustrativa.



**4.4 Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):**

☒ Foram adotados.

Justificativa: Na presente aquisição, solicitamos bens com garantia estendida de 5 anos, aumentando a vida útil do material e evitando trocas e substituições precoces, conforme Art. 2º, inciso V da Instrução Normativa PGJ 03/2013.

☐ Não foram adotados.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1 Exigências legais:**

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto

☐ Foram verificadas e são as seguintes.

**5.2 Garantia de execução do contato:**

☒ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

- ☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.

**5.2.1** Quaisquer das modalidades de garantia que a contratada optar deverão ser apresentadas antes da assinatura do contrato, devendo ser apresentadas no prazo de 1 mês a contar da homologação do contrato.

**5.2.2** A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**5.2.3** – As modalidades seguro-garantia e carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

**5.3** Programa de Integridade:

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1** – Prova do material:

☒ Não

☐ Sim.

**6.2** Forma de entrega dos bens:

- a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.
- b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.
- c) Material novo, sem uso, embalado, sem defeitos (ranhuras, riscos ou manchas). As poltronas deverão ser entregues montadas.

**6.3** Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:

☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato.

- ☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato.

#### **6.4 Prazo da entrega dos bens:**

- ☒ Entrega integral: até 30 dias após a data de recebimento da ordem de fornecimento.
- ☐ Sob demanda, com quantidades estimadas:
  - ☐ Sem quantidade mínima por pedido.
  - ☐ Com quantidade mínima por pedido.
- ☐ Programada.

#### **6.5 Local de entrega dos bens:**

O local para entrega é na Unidade de Patrimônio e Almoxarifado que fica na Rua Leopoldo Fróes, 86 – Bairro Floresta, nesta capital.

Os responsáveis pelo recebimento são os servidores Christian Brod ou Felipe Leonardo Kich Gonçalves, telefone 3295-2090;

A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h ou no horário informado na Ordem de Fornecimento.

**6.6** A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

#### **6.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra):**

- ☒ Não haverá instalação
- ☐ Haverá instalação.

#### **6.8 Recebimento:**

a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

b) definitivamente, em até 15 dias após o recebimento provisório e depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.

**6.8.1** Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para providenciar sua substituição.

#### **6.9 Subcontratação:**

É vedada a subcontratação.

#### **6.10 Desfazimento/destinação final dos bens:**

- ☒ Não há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.
- ☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

#### **6.11 Garantia/assistência técnica contratual:**

- ☐ O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.
- ☒ Há prazo complementar à garantia legal:
  - a) Abrangência: A garantia dos bens fornecidos compreende a solução de defeitos decorrentes de fabricação, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro.
  - b) Providência: Substituição do material.
  - c) Prazo: 60 meses a contar do recebimento definitivo.
  - d) Local: No mesmo endereço de entrega.
  - e) Prazo para atendimento e solução dos problemas: 15 dias, a contar da notificação da contratada.
  - f) Meio de acionamento da garantia: A contratada disponibilizará meios de contato (telefone, e-mail) para abertura do chamado. O chamado será feito por telefone, primeiramente e, caso não haja sucesso, notificada por e-mail ou correspondência com aviso de recebimento “AR”.

**6.11.1** Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE:**

#### **7.1 A compra será formalizada:**

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato.
- ☐ Contrato.

**7.2** As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.3** As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**7.4** A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal (ou, na falta deste, por seu substituto), que acumula as funções de gestor e fiscal.

**7.4.1** Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

a) Fiscal: Felipe Leonardo Kich Gonçalves, email: patrimonio-almox@mprs.mp.br, telefone 51-3295-2090;

b) Fiscal substituto: Christian Brod, email: patrimonio-almox@mprs.mp.br, telefone 51-3295-2090.

**7.4.2** O fiscal do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.4.3** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o fiscal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.4.4** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) anotar no procedimento, na medida em que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;

d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas.

**7.4.5** Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim:

**7.5** Obrigações gerais:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

## **7.6 Sanções:**

**7.6.1** Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre o valor da ordem de fornecimento por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência;
- c) multa compensatória: 10% sobre o valor total do contrato;
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

### **7.6.2 Sanções específicas:**

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto:

**7.6.3** A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

## **8 PAGAMENTO E REAJUSTE:**

**8.1** Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim:

**8.2** O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

**8.2.1** Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

**8.2.2** A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Christian Brod

b) Endereço de e-mail: patrimonio-almox@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-3295-2090

**8.2.3** A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

**8.2.4** A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

**8.2.5** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

**8.2.6** Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

**8.3** O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

**8.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**8.5** Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

**8.6** O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

**8.7** Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

**8.7.1** Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

**8.7.2** O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.7.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**9.1** Critério de julgamento e aceitabilidade dos preços:

**9.1.1** Critério de julgamento

- ☒ Menor preço global
- ☐ Menor preço unitário

**9.1.2** Parcelamento do objeto

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

Justificativa: Trata-se de objetos que comporão um layout único e específico, não sendo possível ter dois ou mais modelos para compor o ambiente, ao qual se destinam.

**9.2** Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP):

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021);

- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06;
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### **9.3 Exigências vinculadas à proposta:**

#### **9.3.1 Amostra:**

- ☐ Não será exigida amostra.

- ☒ Será exigida amostra:

a) Justificativa: Para garantir a qualidade do objeto a ser adquirido, de acordo com as especificações constantes no item 4.3 deste Termo de Referência, e em função de não ser possível aferir com análise de catálogos, folders e afins.

b) Responsável pela análise: Christian Brod ou Felipe Kich Gonçalves.

c) Modelo de referência: não há.

d) Aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: de acordo com as especificações técnicas solicitadas e sem defeitos de fabricação ou adaptações.

e) Local de entrega: Rua Leopoldo Fróes, nº 86, bairro Floresta, Porto Alegre/RS.

f) Prazo de entrega da amostra: 20 dias corridos da comunicação.

g) Devolução do bem: em até 15 dias úteis da comunicação da não aceitação do bem. Caso não retirado, o bem será descartado.

#### **9.3.2 Catálogo:**

- ☒ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☐ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

#### **9.3.3 Carta de Solidariedade:**

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade.

- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

#### **9.3.4 Laudos e/ou Declarações:**

- ☒ Não serão exigidos laudos e/ou declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e/ou declarações.

#### **9.4 Qualificação Técnica:**

- ☒ Não será exigida qualificação técnica.
- ☐ Será exigida qualificação técnica.

##### **9.4.1 Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:**

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.
- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

##### **9.4.2 – Qualificação técnica do subcontratado:**

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá.

#### **9.5 Consórcio:**

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

**10. ESTIMATIVA DO VALOR:**

O valor estimado para a contratação será de R\$ 374.344,82.